



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

MANDATO 2021-2025

ATA Nº 08/2024

**RELATIVA À 2ª REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE
DEZEMBRO, REALIZADA NO DIA 16.12. 2024**

(CONTÉM 17 PÁGINAS + UM ANEXO COM 4 PÁGINAS)

Redigido ao abrigo do novo Acordo Ortográfico



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

ATA N.º 08/2024

RELATIVA À SEGUNDA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE DEZEMBRO, DO CORRENTE ANO, DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE, REALIZADA NO DIA DEZASSEIS DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO

Quadrinário 2021-2025

No dia dezasseis de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no salão nobre do edifício dos Paços do Município de Benavente, realizou-se a segunda reunião da sessão ordinária de dezembro, do corrente ano, da Assembleia Municipal de Benavente, relativa ao quadrinário de dois mil e vinte e um e dois mil e vinte e cinco, com a seguinte Ordem do Dia:

PONTO 6 – PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS – Apreciação e eventual aprovação, nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02, conjugado com o art.º 12.º do DL n.º 127/2012, de 21/06;

PONTO 7 - PROPOSTA DE MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2025 – Apreciação e eventual aprovação, nos termos da alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12/09, na redação vigente;

PONTO 8 – PROPOSTA DE PRIMEIRA CORREÇÃO MATERIAL DA PRIMEIRA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE BENAVENTE - A conhecimento do órgão deliberativo, nos termos do n.º 3 do artigo 122.º do RJGT (Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial), aprovado pelo DL n.º 80/2015, de 14/5, na redação vigente;

PONTO 9 – INFORMAÇÃO A PRESTAR NO ÂMBITO DA AUTORIZAÇÃO GENÉRICA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS E DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O MESMO EFEITO – A conhecimento;

PONTO 10 – ACOMPANHAMENTO DA ATIVIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL – Apreciação de uma informação escrita do sr. Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12/09, na redação vigente.

Verificou-se a presença dos seguintes eleitos: - Mário Rui Filipe Santos, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Benavente, Maria Gertrudes de Oliveira Borracha Pardão, Primeira Secretária da Mesa, José Duarte Salgueiro, Segundo Secretário da Mesa, Irina Noel Matias Batista, Mário Jorge Campos Pereira, António Paulo Ramos dos Reis, Joaquim Correia Castanheiro, Inês Branco de Almeida Vieira Correia, Presidente da Junta de Freguesia de Benavente e Augusto José Ferreira Marques, Presidente da Junta de Freguesia de Samora Correia, todos, em representação da CDU-Coligação Democrática Unitária; - Ricardo Alexandre Frade de Oliveira, Cristina Maria de Carvalho Borges da Silva Branco, Dora Isabel Lúcio Morgado,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Rui Carlos Carvalho Feijoca, Nádia Isabel Pernes da Silva Matos, Armando Batista de Almeida e Nelson Alexandre da Silva Norte, Presidente da Junta de Freguesia de Santos Estevão, todos, em representação do PPD/PSD-Partido Social Democrata; - António José Rabaça Silva Ribeiro, Cláudia Sofia Gordo Martins, Pedro Alexandre Santos Gameiro, António Manuel Quaresma Serrano Galveia e Ana Margarida da Silva Fonseca, Presidente da Junta de Freguesia da Barrosa, todos, em representação do PS-Partido Socialista; - Cristina Isabel Gonçalves Vicente Brandão e Paulo Alexandre Fonseca Cardoso, ambos, em representação do Partido CHEGA; - Bruno Manuel Soares Nepomuceno, em representação única da CIMB-Candidatura Independente pelo Município de Benavente.

Justificou a ausência a eleita Susana Isabel Santos Rosa, do Grupo Municipal do Partido CHEGA, que foi substituída por João Paulo do Carmo David Ganhão.

A esta sessão compareceram, igualmente, o sr. Presidente da Câmara Municipal de Benavente, Carlos António Pinto Coutinho e os srs. Vereadores Sónia Patrícia da Silva Ferreira Quintino e Luís Miguel Neves Feitor.

Confirmada a existência de quórum, o sr. **Presidente da Assembleia Municipal** declarou aberta a sessão pelas vinte horas e quarenta e três minutos, com a presença de vinte e cinco eleitos. Cumprimentou todos os presentes e quem seguia a emissão pelas plataformas digitais.

Sintetizou que na quinta sessão ordinária de dezembro, realizada no dia doze de dezembro de dois mil e vinte e quatro, após terem decorrido o Período de Intervenção do Público, o Período de Antes da Ordem do Dia e parte do Período da Ordem do Dia, dado o adiantado da hora e não ser previsível que o seu prolongamento até mais uma hora fosse considerado suficiente para a sua conclusão, foi deliberado, por unanimidade, suspender os trabalhos da sessão, prosseguindo-a em segunda reunião, com o objetivo de dar continuidade ao Período da Ordem do Dia, estabelecido anteriormente, nos termos do artigo número quarenta e seis da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, na sua redação vigente.

Relembrou os pontos da Ordem do Dia discutidos e votados até à tomada dessa decisão:

PONTO 1 – PROPOSTA DE LANÇAMENTO DE DERRAMA PARA 2025 – RENDIMENTOS DE 2024 – Aprovada, por maioria, com 20 votos a favor, sendo 9 da CDU, 7 do PSD, 3 do CHEGA e 1 da CIMB e 5 votos contra do PS;

PONTO 2 – PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DO IRS – RENDIMENTOS DE 2025 – RECEITA MUNICIPAL EM 2026 – Aprovada, por unanimidade;

PONTO 3 – PROPOSTA DE TAXA DE IMI PARA O ANO DE 2024 – Receita Municipal em 2025 – Aprovada, por maioria, com 20 votos a favor, sendo 9 da CDU, 7 do PSD, 3 do CHEGA e 1 da CIMB e 5 abstenções do PS;

PONTO 4 – PROPOSTAS DE ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO FINANCEIRO DE 2025 – Aprovada, por maioria, com 9 votos a favor da CDU, 8 votos contra, sendo 5 do PS e 3 do CHEGA e 8 abstenções, sendo 7 do PSD e 1 da CIMB;

PONTO 5 (Ponto extra, depois de reordenado) - PROPOSTA DE SEGUNDO ADITAMENTO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DE BENAVENTE NA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO, ATRIBUÍDAS AO



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

MUNICÍPIO PELA LEI N.º 52/2015, de 09/06, RELATIVAS AO REGIME JURÍDICO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS – Aprovada, por unanimidade.

Prosseguiu com o PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

PONTO 6 – PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS – Apreciação e eventual aprovação, nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02, conjugado com o art.º 12.º do DL n.º 127/2012, de 21/06:

O sr. **Presidente da Câmara Municipal**, após as saudações habituais, explicou que se trata de um procedimento recorrente, previsto legalmente, traduzido na necessidade do órgão deliberativo autorizar a Câmara Municipal a assumir os seus compromissos plurianuais, de forma global.

Não houve intervenções por parte dos eleitos da Assembleia Municipal, pelo que se avançou, de imediato, para a votação do **Ponto número seis**, tendo sido deliberado **aprovar, por maioria**, com dezassete votos a favor, sendo nove da CDU, sete do PSD e um da CIMB, e oito abstenções, sendo cinco do PS e três do CHEGA, a PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS.

PONTO 7 - PROPOSTA DE MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2025 – Apreciação e eventual aprovação, nos termos da alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12/09, na redação vigente:

Ao enquadrar a matéria respeitante ao Ponto, o sr. **Presidente da Câmara Municipal** resumiu que a proposta do Executivo prevê a extinção de onze postos de trabalho e a criação de outros nove, na carreira de assistente operacional: - um projecionista, um motorista de passageiros, um tratador de animais, por aposentação do anterior, e três motoristas de pesados; - um técnico superior jurista, por baixa médica prolongada dos dois técnicos existentes; um assistente técnico e um assistente operacional, ambos inseridos num programa de apoio à qualificação de pessoas com deficiência e incapacidade.

Inscreveram-se para a discussão, os eleitos Paulo Reis, Paulo Cardoso, Ricardo Oliveira e Mário Pereira:

O eleito **Paulo Reis**, após os cumprimentos habituais, deu ênfase a um conjunto de situações que se encontram plasmadas no Mapa de Pessoal, relacionadas com os trabalhadores que integram a carreira de assistente operacional, cerca de 400, com um percurso longo de progressão e que, na maioria dos casos, auferem, somente, o valor correspondente ao salário mínimo nacional. Situação que se vem a repercutir, negativamente, no cálculo final das suas aposentações, não sendo aceitável a condição de chegarem à idade de aposentação a receber, somente, esse valor.

Salientou que se encontram nas mesmas condições os trabalhadores das carreiras de assistente técnico e de técnico superior, onde diz ser “*humanamente impossível*” chegar ao seu topo, face ao elevado número de anos que é exigido para o alcançar.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Deixou uma palavra de apreço aos trabalhadores da Administração Local, pelo brio com que continuam a desempenhar as suas funções, apesar do designio a que estão remetidos pela Administração Central, não só em termos de uma injustiça que impede a evolução mais rápida das suas carreiras, como, também, em relação a outras matérias, como as indemnizações em caso de acidentes de trabalho e a falta de regulamentação que persiste com os suplementos de piquete ou de disponibilidade, de risco e das profissões de desgaste rápido.

Desafiou o eleito Ricardo Oliveira, como deputado, a denunciar a situação no Parlamento, como um contributo a dar para que a situação seja alterada.

O eleito **Paulo Cardoso** deu as boas-vindas a todos. Acusou o eleito Paulo Reis de utilizar uma retórica sindicalista para se desviar da matéria relativa ao Ponto em discussão, ainda que no fundo compreenda a situação em que vivem os trabalhadores da Administração Local, face aos quais se deve fazer tudo para que lhes sejam atribuídas melhores condições remuneratórias e de trabalho. Frisou, no entanto, que o Partido CHEGA nunca esteve no Governo, de forma a promover essa mudança, ao contrário do PCP que, num determinado período, esteve conivente com as políticas que foram seguidas, quer ao nível do Governo, quer do Parlamento, "*sem nunca ter feito nada para alterar essa situação!*", complementando com referências várias às datas do 25 de Abril e do 25 de novembro.

O sr. Presidente da Assembleia Municipal interrompeu o eleito para lhe transmitir que, embora o eleito Paulo Reis se tivesse desviado do ponto em discussão, o certo é que se focou nos vencimentos e nas condições em que estão sujeitos os trabalhadores em questão, enquanto o eleito Paulo Cardoso estava a conduzir o tema para uma esfera política mais alargada.

O eleito Paulo Cardoso concluiu dizendo esperar que o estatuto da carreira desses trabalhadores venha a ser revista para melhorar e dignificar as suas funções.

O eleito Ricardo Oliveira considerou que a situação reportada pelo eleito Paulo Reis não é novidade nenhuma, mas, uma circunstância que tem sido construída ao longo dos últimos anos. Partilha da necessidade de serem aumentados os salários, recordando, no entanto, que o salário mínimo tem tido uma trajetória ascendente nos últimos anos, fixado nos 870 euros, para 2025, com o objetivo de chegar aos 1000 euros em 2028.

Opinou que essa subida deveria ser proporcional à do salário médio, o que não tem acontecido, assumindo que é um trabalho que está a ser prosseguido, naquilo que é o processo de melhoria de rendimentos dos trabalhadores da Administração Pública.

Trazendo o assunto à realidade do Município, mostrou-se preocupado, não só com os baixos rendimentos dos trabalhadores, como pela forma como os mesmos são tratados, notando que o Município se deve orgulhar dos funcionários que tem ao seu dispor, naquilo que é o desenvolvimento da sua ação nas mais diversas atividades promovidas pela Câmara Municipal. Sublinhou o seu esforço suplementar para dar resposta a eventos de maior trabalho, como é a organização do FAC-Festival do Arroz Carolino, realizado por administração direta, sinalizando que a Câmara Municipal não tem menos custos com recurso a meios próprios, uma vez que existem muitos outros gastos associados, como a contabilização do custo das horas extraordinárias e dos materiais, entre outros.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Defendeu que o trabalho dos funcionários do Município deve de ser reconhecido e valorizado, sendo cada vez mais os relatos que chegam até si de trabalhadores que sentem, precisamente, o contrário, por parte do poder político que governa a autarquia, deixando implícito que, embora a questão salarial seja uma preocupação justa e partilhada por todos, não é de menor importância o fator da valorização e do reconhecimento do seu trabalho. O poder político tem de ser solidário, mesmo em caso de falhas, porque muitas vezes a culpa não é deles, mas da falta de coordenação para os orientar, frisando a necessidade de ser aplicada uma nova política de gestão de recursos humanos.

O **sr. Presidente da Assembleia Municipal** evidenciou a unanimidade transmitida pela Assembleia Municipal no reconhecimento aos trabalhadores, "*que recebem pouco e dão muito de si!*".

O **eleito Paulo Reis** lembrou que tinha lançado, apenas, um apelo ao eleito Ricardo Oliveira para que, em sede de Parlamento, pudesse dar o seu contributo, como deputado, para a resolução das questões colocadas. Relativamente à insatisfação dos trabalhadores, associou-a ao sistema de avaliação do SIADAP, como sendo um fator que mais restringe a progressão nas carreiras e cuja alteração/revogação há muito que é reivindicada pelos trabalhadores. Como trabalhador da autarquia, transmitiu aquilo que sentia no seu quotidiano e na sua carreira.

O **eleito Ricardo Oliveira** lembrou a bancada da CDU de que, durante o período de democracia em que o PS governou a chamada "gerigonça", o PCP viabilizou quatro orçamentos de Estado, tendo sido uma boa altura para ter feito vingar as suas ideias, com a nova legislação que vem agora invocar.

O **eleito Mário Pereira** começou por saudar todos os trabalhadores do Município, "*os descontentes e os não descontentes*", discordando das afirmações proferidas pelo eleito Ricardo Oliveira quanto à alegada existência de um clima de descontentamento em relação ao Presidente da Câmara e aos seus Vereadores, porque, simplesmente, não dispõe de provas que as sustentem, pressupondo que todos "*podem dizer aquilo que quiserem!*", o que lhe dá o direito de afirmar, precisamente, o contrário, de que todos os dias os trabalhadores elogiam a atuação do Executivo. Condenou essa política do "*vale tudo!*".

Sublinhou que o estatuto dos trabalhadores da função pública não é reconhecido nem pelo Governo atual nem pelos demais, que não os tem aumentado, pagando-lhes durante uma vida inteira, somente, o ordenado mínimo nacional, sendo essa uma realidade factual e não um laxismo, como pretendeu fazer crer.

Expressou que o mais importante é que todos defendam, na medida do possível, esses trabalhadores, tendo sido esse o sentido do apelo feito pelo eleito Paulo Reis, no intuito de aproveitar a sua condição de deputado, para dar um contributo à resolução do problema desses trabalhadores.

Em resposta, o **eleito Ricardo Oliveira** reiterou o conteúdo das suas declarações anteriores, garantindo que, em conjunto com os Vereadores do PSD, têm recebido contactos de funcionários da autarquia demonstrando a sua insatisfação pela forma como é feita a coordenação dos serviços e como são tratados no seu trabalho, quer dos estaleiros de Benavente e de Samora Correia, quer do edifício das Obras Particulares, quer, igualmente, do edifício dos Paços do Município.

Findas as intervenções, procedeu-se à votação do **Ponto número sete**, tendo sido deliberado **aprovar, por maioria**, com nove votos a favor da CDU, e dezasseis abstenções, sendo sete do PSD, cinco do PS, três do CHEGA e uma da CIMB, a PROPOSTA DE MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2025.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

PONTO 8 – PROPOSTA DE PRIMEIRA CORREÇÃO MATERIAL DA PRIMEIRA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE BENAVENTE - A conhecimento do órgão deliberativo, nos termos do n.º 3 do artigo 122.º do RJGT (Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial), aprovado pelo DL n.º 80/2015, de 14/5, na redação vigente:

Dada a palavra ao **sr. Presidente da Câmara Municipal** para enquadrar a matéria respeitante ao Ponto, observou que o assunto já tinha vindo a conhecimento do órgão deliberativo, na sessão de vinte e sete de setembro de dois mil e vinte e quatro, explicando que o mesmo incide sobre o Plano de Gestão de Risco de Inundações do Tejo e Oeste e, em função das preocupações com as alterações climáticas, projeta o que poderão vir a constituir riscos de inundações.

Especificou que o formato anterior, disponibilizado pela APA-Agência Portuguesa do Ambiente, já foi vertido no PDM-Plano Diretor Municipal de Benavente, estando o documento em causa (formato vetorial) em condições iguais de ser transposto para o PDM, como imperativo legal que é necessário cumprir. Apesar disso, existem, ainda, situações que merecem o reparo do Executivo, pelo que tenciona fazer chegar à entidade tutelar as incongruências que se revelem existir, já que contém uma série de casos que vão para além daquilo que é a altimetria dos terrenos, que correm o risco de inundação.

Não houve mais intervenções, pelo que o sr. Presidente da Assembleia Municipal de Benavente deu por concluída a discussão **do Ponto número oito**, tendo o órgão deliberativo tomado conhecimento da PROPOSTA DE PRIMEIRA CORREÇÃO MATERIAL DA PRIMEIRA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE BENAVENTE.

PONTO 9 – INFORMAÇÃO A PRESTAR NO ÂMBITO DA AUTORIZAÇÃO GENÉRICA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS E DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O MESMO EFEITO – A conhecimento:

Dada a palavra ao **sr. Presidente da Câmara Municipal** para se pronunciar sobre o Ponto, dispensou-se de o fazer, para além da informação distribuída aos eleitos, disponibilizando-se para os esclarecimentos considerados necessários.

PONTO 10 – ACOMPANHAMENTO DA ATIVIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL – Apreciação de uma informação escrita do sr. Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12/09, na redação vigente:

Dada a palavra ao **sr. Presidente da Câmara Municipal** para se pronunciar sobre o Ponto, dispensou-se de o fazer, para além da informação distribuída aos eleitos, disponibilizando-se para os esclarecimentos que pretendessem suscitar.

Para debater o Ponto, inscreveram-se os seguintes eleitos: Dora Morgado, Ricardo Oliveira e Pedro Gameiro:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Handwritten signatures in blue ink, including names like 'Pedro Gameiro' and 'Augusto Marques'.

A eleita Dora Morgado, depois das boas-vindas habituais, reportou uma situação verificada num evento a que assistiu, juntamente com os seus alunos, no Centro Cultural de Samora Correia, onde teve a oportunidade de constatar a existência de cerca de 17 lâmpadas fundidas, no teto da sala de espetáculos, que condicionaram o normal prosseguimento de uma atividade ligada à leitura e à ilustração.

O eleito Ricardo Oliveira colocou três questões ao Executivo:

Primeira: O que se passa com o processo de aquisição **do terminal rodoviário de Santarém, por parte da CIMLT**, que justifique as propostas de revogação de uma deliberação que aprovou a minuta do contrato de compra e venda desse terminal, assim como de uma outra deliberação, que aprovou o contrato de empréstimo celebrado com o BPI, para financiamento dessa aquisição, temas que se encontram agendados para a próxima reunião da Assembleia Intermunicipal, a ter lugar no dia seguinte ao da sessão;

Segunda: referindo-se à questão colocada pelo eleito Augusto Marques, sobre o que aconteceu para a Sra. Ministra do Ambiente se ter esquecido de incluir o Rio Sorraia no **Plano de Gestão Hidrográfica das Ribeiras do Tejo e do Oeste**, disse ter ficado convencido que o tema estava devidamente esclarecido, depois de uma intervenção sua, na última sessão de 12 de dezembro.

Reforçou que, contrariamente, àquilo que foi insinuado, o Ministério do Ambiente só não incluiu a obra de Requalificação do Rio Sorraia, porque já estava programada no **Plano de Gestão Hidrográfica das Ribeiras do Tejo e do Oeste**, tendo o Governo garantido o seu financiamento através do "PO 20-30" e decidido avançar com o procedimento, que irá ser lançado no mês corrente, prevendo-se a sua execução em 2025.

Terceira: acerca do Projeto de **construção da Escola Secundária de Samora Correia**, justificou a abordagem ao assunto, alegando que, para além das dúvidas que têm surgido ao longo do processo de aquisição desse terreno, entre as quais as que foram colocadas pelo Tribunal de Contas, o sr. Presidente da Câmara, em termos políticos, criou uma expectativa propositada junto da população, que só poderá ter um fundo eleitoralista, quando não tinha o necessário financiamento garantido para avançar com a obra, anunciando, prematuramente, que Samora Correia iria ter uma escola secundária nova a funcionar, em 2026.

Ainda que considere legítima a pretensão, extensiva a todos, mencionou que o sr. Presidente da Câmara não criou as condições para poder concorrer ao financiamento do PRR, tendo em conta que a candidatura apresentada junto da CCDRLVT não foi validada, na sua totalidade, por não ser detentora efetiva do terreno. Mas mesmo que a escritura venha a concretizar-se brevemente, a linha de crédito criada no âmbito do PRR esgotou, o que, no momento, anula qualquer intenção de financiamento da escola até final de 2026. Atento esse contexto, solicitou a sua clarificação.

O eleito Pedro Gameiro enunciou quatro questões ao sr. Presidente da Câmara:

A primeira referente às **listas de espera existentes nas creches de Benavente e de Samora Correia**, tendo em conta que lhe continuam a chegar queixas de pais que desesperam por vagas para os seus filhos. Quer saber números reais das listas de espera, no momento atual, uma vez que nas últimas declarações que prestou sobre o assunto, equacionou a possibilidade de existirem movimentos cruzados entre as duas listas de espera, que exigiam uma análise mais profunda.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

A segunda relativa à nova **zona industrial do “Calheiros”, em Benavente**. Perguntou em que situação se encontra a construção prevista de um parque urbano nessa zona industrial.

A terceira respeitante à **Coutada Velha, em Benavente**. Alertou para a necessidade de serem **colocadas lombas** em diversos arruamentos, questionando se os custos já estão assumidos em sede de orçamento para 2025.

A quarta sobre a **recolha dos lixos**. Admitiu que o cenário de lixos amontoados junto dos contentores está um pouco melhor, face ao ano anterior, compreendendo que o mesmo reflete a má postura de muitos dos municípios. Contudo, a sua preocupação está centrada naquilo que poderá vir a acontecer no futuro, com a possibilidade de virem a ser cobrados custos maiores com a recolha do lixo. Nesse sentido, perguntou se a Câmara Municipal dispõe de um plano estratégico para minimizar esses custos, de forma isolada, ou, em conjunto com a Ecolozéria e se está nas previsões da autarquia vir a aumentar o valor a cobrar pelo lixo, na fatura da água.

O eleito Paulo Cardoso, embora reconheça que a ação não é da competência da Câmara Municipal, pediu a sua colaboração para que possam ser **regularizados certos pontos da EN 118**, que se encontram visivelmente degradados, tendo identificado como um deles a passagem junto ao “Intermarché”, por ser uma das entradas da vila de Benavente.

Referiu-se, igualmente, **ao setor do controle de pragas**, nomeadamente da **vespa velutina**, para apontar uma discrepância entre os dados referidos pelo Presidente da Direção dos Bombeiros Voluntários de Benavente, na sua intervenção anterior, e aquele que consta do Relatório da Câmara Municipal, na medida em que foi indicado pelo primeiro que os elementos da sua corporação tinham combatido cerca de noventa ninhos, quando no relatório são referidos, apenas, trinta e três.

O sr. Presidente da Câmara respondeu o seguinte:

À eleita Dora Morgado: informou que a questão das **lâmpadas fundidas no Centro Cultural de Samora Correia** irá ser resolvida dentro em breve, através de um equipamento próprio para o efeito, aproveitando-se a operação para as substituir por lâmpadas, de tipo led.

Ao eleito Ricardo Oliveira: sobre a **aquisição do terminal rodoviário de Santarém**, no âmbito da CIMLT, esclareceu que o contrato sujeito a visto prévio do Tribunal de Contas foi devolvido, colocando-se um conjunto de questões que renunciavam a sua recusa. Na sequência disso, a CIMLT, depois das diligências encetadas com o proprietário e com a entidade bancária, resolveu anular a intenção de vir a contrair um empréstimo bancário, decidindo avançar com a aquisição do edifício através de fundos próprios, tendo sido esse o procedimento que deu origem ao pedido de revogação das deliberações referidas, junto da Assembleia Intermunicipal.

Acerca da **constituição da empresa intermunicipal de transportes** informou que o processo aguarda o visto prévio do Tribunal de Contas, de forma a tornar viável a empresa, que considerou de relevância enorme para o futuro da região, na perspetiva de que venha a melhorar o transporte público à população.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Quanto à **requalificação do Rio Sorraia** enfatizou que os Municípios de Benavente e de Coruche têm vindo, ao longo do tempo, a insistir na necessidade dessa intervenção, em respeito por um Rio, que chegou a ter um papel predominante na região, ao nível da atividade agrícola, mas que, nos últimos anos, tem sido desrespeitado e votado ao abandono, a que não é alheia a extinção dos chamados “guarda-rios”, que zelavam pela sua manutenção. Fruto dessa reivindicação conjunta com a APA, foi possível a sua inclusão no Plano de Gestão Hidrográfica do Tejo, que prossegue aquilo que já acontece, por exemplo, nas linhas de água da Lezíria e que levou à criação de equipas permanentes, que mantêm o rio afastado de jacintos de água e de outras infestantes, acrescentando que o mesmo tem um horizonte temporal que vai de 2022 a 2027.

Salientou que o financiamento da obra está garantido pela Sra. Ministra do Ambiente, não dispondo, ainda, de um projeto de execução.

Relativamente à **futura Escola Secundária de Samora Correia**, contextualizou que o processo de descentralização na área da educação foi associado a uma negociação com a ANMP-Associação Nacional de Municípios Portugueses, visando a requalificação de um conjunto de oferta escolar, nomeadamente, em relação às escolas do ensino secundário e dos 2º e 3º ciclos. No caso de Benavente, o Município recebeu essas competências com o compromisso, por parte do Governo, de financiar a intervenção necessária em Samora Correia, tendo sido essa a condição assente numa base de confiança, que o levou a avançar para a aquisição do terreno para a construção da escola. Nesse quadro, já depois de se ter conhecimento que a respetiva candidatura aos fundos do PRR não tinha sido aprovada, por não ter sido contemplada nas quinze primeiras, o Governo atual comprometeu-se a encontrar verbas alternativas, através de uma linha de financiamento associada ao Banco Europeu de Investimentos, cuja resposta se aguarda.

Anunciou que a celebração da escritura do terreno terá lugar na quinta-feira seguinte, 19 de dezembro, cujo valor de aquisição será financiado a expensas da autarquia.

Embora não tenha sido a favor dessa transferência de competências, sublinhou que a partir do momento em que foram assumidas pelo Município, comprometeu-se a cumpri-las, de uma forma inicial, com a requalificação da Escola João Fernandes Pratas e, depois, com a construção de um equipamento novo, reivindicado nas conversações com a DGESTE. Intenção que veio a ser posteriormente validada pelo Governo, na medida em que as condições atuais não oferecem dúvidas de que a obra é necessária e que responde da melhor forma às preocupações da população.

Relevou a importância das forças partidárias se juntarem numa só voz, para reivindicarem junto do Governo que assumam os seus compromissos financeiros, que resultam do processo de descentralização de competências.

Reforçou e defendeu a posição que tem sido tomada pelo Executivo, inserida num quadro de compromisso financeiro do Governo, certo de que se não cumprir com aquilo que prometeu, deverá ser responsabilizado por isso, não aceitando que se diga, de uma forma ligeira, que a Câmara Municipal decidiu avançar com a compra de um terreno sem ter garantias de financiamento da obra, por não ser essa a verdade dos factos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a circled signature and the name 'Pedro Gameiro' written vertically.]

No que diz respeito às questões levantadas pelo **eleito Pedro Gameiro**, destacou, em primeiro lugar, que a autarquia concretizou a oferta de um equipamento de **creche**, no âmbito daquilo que é uma responsabilidade da Administração Central.

Resumiu que tinha sido protocolizado com a Fundação Padre Tobias um projeto de execução, em fase de conclusão, financiado pela autarquia para avançar com uma nova creche, de duzentos e dois lugares. Esse projeto tem uma estimativa de custos na ordem dos três a quatro milhões de euros, recebendo um financiamento por parte do Governo de, apenas, quatro mil euros por utente, ou seja, seriam precisos cerca de cinco vezes mais esse valor.

Reafirmou a necessidade de serem aumentadas essas verbas, até porque o concelho de Benavente é dos poucos que viu a sua população crescer, o que reforça a necessidade de serem construídos mais equipamentos que acompanhem esse crescimento. Apesar de concordar com os objetivos do programa “**Creche Feliz**”, entende que a sua implementação deveria ser precavida de medidas estruturais e financeiras de forma a melhorar a oferta pública, nesse domínio.

No que concerne ao **loteamento industrial do “Calheiros”, em Benavente**, salientou a existência de duas UOPG-Unidades programadas, posteriores às Unidades de Execução, que foram devidamente aprovadas e publicadas e que espelham aquilo que se pretende para o local.

Explanou que, numa 1ª fase, houve a cedência à Câmara Municipal de cerca de 6,6 hectares, onde se prevê implementar o parque em questão, enquadrado numa plenitude de intervenção com cerca de 40 hectares. No momento, decorre um outro licenciamento, na zona da Foz, prevendo-se que a respetiva AIA-Avaliação de Impacto Ambiental venha a ser aprovada, no mês de janeiro próximo, que irá permitir o avanço desse projeto. O mesmo terá, igualmente, uma área de cedência de mais 11 hectares, numa zona de sobreiro, cumprindo o determinado pelo PDM, da necessidade de a área ser preservada.

Complementou que o **parque urbano**, espaço de âmbito natural, terá o seu desenvolvimento de acordo com o planeado, prevendo-se que seja dotado de infraestruturas que serão colocadas à disposição da população.

Em relação à **Coutada Velha** e à colocação de **lombas**, informou que está a ser preparada uma empreitada para esse efeito, estando projetadas cerca de vinte lombas, não só, para a Coutada Velha, como, também, para outras zonas do concelho.

Abordando, por último, a questão dos **resíduos**, englobou o problema como sendo transversal ao País, tendo sido aplicadas medidas, que se verificaram não serem as melhores.

Em termos de região, defendeu que os resíduos deveriam de ser encaminhados para tratamento na localidade da Chamusca, onde se encontra localizada uma grande unidade de tratamento de resíduos. Por aquilo que é do seu conhecimento, esse caminho está a ser feito por parte da Ecoléziria, através de conversações iniciadas com a empresa RSTJ, tendo por objetivo o estudo dessa possibilidade. Até lá, a recolha seletiva continua a ser assegurada pela Ecoléziria, num processo onde o aumento dos custos é uma constante, a exemplo daquilo que acontece na generalidade dos Municípios do País.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Relativamente ao reflexo dos custos na fatura a pagar pelos munícipes, afirmou não dispor de elementos que suportem essa indicação. Antecipou, contudo, a possibilidade dos resíduos, no próximo ano, poderem continuar a ser acomodados na "Raposa", crendo que, a partir daí, poderá ser encontrada uma outra solução, que se encontra em fase de análise.

Referindo-se aos temas expostos pelo **eleito Paulo Cardoso**, transmitiu que a Câmara Municipal não pode intervir diretamente no pavimento de uma estrada nacional, no caso a **EN 118**, que é da responsabilidade da IP-Infraestruturas de Portugal, sem que obtenha uma autorização para o efeito. Nesse sentido, irá contactar essa Entidade para informar da disponibilidade da autarquia em efetuar a **pequena reparação**, no ponto sugerido.

Noutro tema abordado, lembrou o eleito que o relatório de atividades da Câmara Municipal, reporta-se, somente, ao período que decorre entre a última sessão ordinária e a atual, cerca de dois a três meses, o que justifica a discrepância de números entre aquilo que foi indicado pelos Bombeiros e o que consta do relatório, no que diz respeito à totalidade de **ninhos de vespa asiática**, retirados no corrente ano.

Seguiu-se um novo período de intervenções, para o qual se inscreveram os eleitos: António Rabaça Ribeiro, Pedro Gameiro, Ricardo Oliveira, Mário Pereira e Paulo Reis:

O **eleito António Rabaça Ribeiro** reportou novamente o assunto do **parque urbano**, previsto construir no loteamento industrial do "Calheiros", lembrando que na sessão da Assembleia Municipal, onde o assunto esteve presente (26 abril 2023) foi distribuído, juntamente, com a documentação de apoio, um croquis que previa a ocupação dos 6,6 hectares da área de cedência, com piscinas, lagos e alguns edifícios. Na sequência, perguntou: - se existe projeto para a sua construção; - qual o horizonte temporal previsto para a sua execução; - quem irá custear essa execução.

O **eleito Pedro Gameiro** deixou o reparo de que o sr. Presidente da Câmara não tinha respondido às questões levantadas sobre as **creches**, concretamente, sobre quais os números das listas de espera e das vagas existentes, em Benavente e em Samora Correia, assunto a que já se tinha referido em várias sessões anteriores.

Sublinhou a sua preocupação face à postura da Câmara Municipal, que continua sem soluções para resolver o problema no momento atual, embora tenha vindo a apresentar algumas, que virão a ter efeitos práticos, somente, num futuro próximo.

Num contexto onde o concelho enfrenta dificuldades e na eventualidade de ter de se recorrer ao crédito bancário, como forma de ultrapassar o problema, considerou graves as afirmações proferidas pelo sr. Presidente da Câmara, que mostram não ser essa a sua opção, uma vez que referiu que *"cada vez que vamos ao banco, hipotecamos o futuro!"*.

Quanto ao tema da **recolha dos lixos**, por não ter ficado satisfeito com a resposta dada, reformulou a pergunta inicial nos seguintes termos: *"neste momento, na fatura que a Câmara Municipal paga dos resíduos urbanos, qual é o valor percentual imputado ao consumidor?"*

O **eleito Ricardo Oliveira** designou de "estratégia de baralhação política" o conjunto de justificações apresentadas pelo sr. Presidente da Câmara em relação à **futura escola secundária de Samora Correia**,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

alinhada com as muitas contradições em que incorre nas discussões dos orçamentos e das contas da Câmara Municipal, ao longo dos anos, quer nas reuniões da Câmara Municipal, quer nas sessões da Assembleia Municipal, sendo o processo da Escola de Samora Correia mais um exemplo disso.

Afirmou que se irá debater para que a escola seja uma realidade. Considerou, no entanto, que a questão política é outra, residindo no facto do sr. Presidente da Câmara ter afirmado, publicamente, que a escola estaria concluída em 2026, o que contesta, por não haver garantias disso acontecer, no momento atual, tendo criado expectativas à população nesse sentido.

Observou ter conhecimento que, da lista de 400 escolas prioritárias, a requalificação da Escola João Fernandes Pratas encontra-se no nível dois, entre três níveis, sem ter financiamento garantido.

O eleito Mário Pereira disse que se sentia atónito com as palavras proferidas pelo eleito Ricardo Oliveira, na medida em que indiciam a possibilidade de não se acreditar naquilo que são os compromissos do "*seu próprio Governo*" ou de outros Governos, sejam do PS ou do PSD, os quais, por essa ordem de ideias, andam a enganar as populações. Considera que se um Governo se compromete com a Câmara Municipal em garantir o financiamento, parte-se do princípio de que essa intenção é para cumprir.

O sr. Presidente da Assembleia Municipal chamou a atenção do eleito Ricardo Oliveira para não interromper o discurso do eleito Mário Pereira, remetendo-o para o dever do cumprimento das regras regimentais, que deve ser seguido por todos, incluindo ele próprio quando está a intervir.

Retomando, **o eleito Mário Pereira** comentou a "*politiquice pura*", a que se estava a assistir: se por um lado, diz que lhe chegam queixas dos trabalhadores, não apresentando factos, por outro lado, demonstra que não acredita no Governo "*do seu próprio País e do seu próprio Partido*", quando coloca em causa um compromisso do Governo que, de uma forma, ou, de outra, irá garantir o financiamento da escola.

Desafiou o eleito a aproveitar a sua condição de deputado para questionar "*o seu próprio Governo*", na Assembleia da República, perante o compromisso assumido, uma vez que alega que não irá transferir o dinheiro para as autarquias, destinado à construção de escolas, conforme se comprometeu. Espera que os deputados atuem em conformidade quando os Governos não cumprem com a sua palavra, da mesma forma que a autarquia está sujeita a ser questionada nesse sentido, pelos eleitos locais.

Persistindo as interrupções, **o sr. Presidente da Assembleia Municipal** voltou a alertar alguns dos eleitos para o dever de serem respeitadas as regras do Regimento, acolhidas por todos, naquilo que é o bom funcionamento da Assembleia Municipal.

Deu a palavra ao **eleito Paulo Reis**. Reportou uma visita ao concelho da Sra. Secretária de Estado da Educação de um dos anteriores Governos do PS que, depois de tomar conhecimento da realidade, deixou o ónus à Câmara Municipal e o compromisso de vir a ser construída uma nova escola, o que não veio a acontecer, provocando o cenário caótico atual, constituído por crianças a terem de ser transportadas para o Porto Alto, por não haver espaço para o funcionamento do ensino secundário, em Samora Correia, tendo sido nesse contexto que a autarquia decidiu avançar para a aquisição de um terreno.

Considerou que se trata de um designio, um desafio, para o qual todos devem estar conscientes e unidos num esforço conjunto, em virtude de ter sido criado um problema que a Câmara Municipal tem de enfrentar,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

sem ter culpa alguma, criado por um Governo PS, vendo-se, no entanto, obrigada a suportar os encargos com o transporte de alunos para o Porto Alto.

Destacou que o mais relevante, não é que a escola seja construída em 2026 ou em 2027, mas, sim, que seja assegurado o compromisso de financiamento assumido pelo Governo atual, perante as populações, por estar em causa o ensino dos alunos, num contexto de aumento demográfico do concelho, que é preciso enfrentar com a construção do equipamento necessário. Da parte da Câmara Municipal, tudo está a fazer para que a obra resulte no terreno, sendo prova disso, a assinatura da escritura, para breve, de aquisição do terreno, faltando da parte do Governo, no caso, do PSD, a obrigação de honrar o compromisso assumido.

O sr. Presidente da Câmara Municipal respondeu ao eleito António Rabaça Ribeiro, relativamente ao **parque urbano do “Calheiros”** esclarecendo que as áreas de cedência se encontram concentradas nas zonas de sobreiro, programadas e definidas nas UOPG-Unidades Operativas de Planeamento e Gestão. Conforme indicou, na altura, não existia, ainda, um plano para a área de cedência de 6,6 hectares, por estar englobada no plano geral para os 40 hectares de terreno, onde havia a possibilidade de virem a ser construídas as tais piscinas ao ar livre, um ou outro restaurante, constituindo espaços naturais de fruição para as pessoas.

Complementou que, no momento, nada está materializado em termos de parques, dado que se aguarda pela execução daquilo que está programado nas Unidades de Execução, que foram definidas e aprovadas.

O eleito António Rabaça Ribeiro replicou que o sr. Presidente da Câmara não estava a responder à sua pergunta, de saber quem irá custear esse parque e a previsão da sua construção, notando ter na sua posse um documento, que tinha sido distribuído numa sessão extraordinária da Assembleia Municipal, prevendo o que iria ser o parque urbano relativo aos 6,6 hectares.

Em resposta, **o sr. Presidente da Câmara** aconselhou o eleito a consultar as Unidades de Execução, onde poderá observar a matriz daquilo que se prevê para os 40 hectares do loteamento, no seu global.

O eleito retorquiu que iria confirmar, através da ata dessa sessão, as afirmações proferidas, na altura, sobre o assunto.

Retomando **o sr. Presidente da Câmara** esclareceu o **eleito Pedro Gameiro** de que as **listas de espera para as creches** são constituídas por cerca de duzentas crianças, tendo alertado que só para a construção de uma escola nova em Samora Correia estão previstos cerca de 15 milhões de euros, enquanto para as creches são necessárias verbas entre 4 e 5 milhões de euros, sublinhando o facto de serem, ambas, obras da responsabilidade da Administração Central. Apesar disso, notou o empenho da Câmara Municipal, tomando a iniciativa de adquirir um edifício, que adaptou a esse fim, com as vicissitudes que todos conhecem, para além de ter avançado com o financiamento de um projeto de execução de uma nova creche, em parceria com a Fundação Padre Tobias, conforme já tinha referido.

Recordou, novamente, que o programa “Creche Feliz”, criado pelo Governo anterior do PS, só prevê a comparticipação às Câmaras Municipais de quatro mil euros por utente, quando são precisos cerca de quatro a cinco vezes mais, faltando um financiamento que não existe, não sendo, seguramente, as IPSS que dispõem de capacidade para isso.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Nesse contexto, acredita que o Município já deu um sinal claro, significativo e demonstrativo daquilo que é a sua preocupação com o problema da falta de vagas nas creches.

Na questão que engloba a **recolha e tratamento dos resíduos**, deu conhecimento que a Câmara Municipal de Benavente tem uma taxa de cobertura na ordem dos 60%, enquanto existem outras Câmaras Municipais que cobrem esses custos aos munícipes na sua totalidade, em 100%.

Do ponto de vista social, destacou o esforço financeiro que a Câmara tem feito para ajudar as famílias, ao ter decidido suportar o diferencial dos 40%, não se refletindo esse custo na fatura final a pagar.

Dirigindo-se ao **eleito Ricardo Oliveira** exprimiu que as pessoas devem de saber estar em todos os momentos da vida, não devendo afastar-se de valores, como a humildade e o respeito para com os outros, ao ascenderem a certos cargos, no caso, o de deputado. Independentemente do Partido que represente, não pode deixar de ser um orgulho para todos os concidadãos, ter alguém da sua terra ou da sua região que os represente.

Confessou, contudo, não ser essa a postura que o eleito tem vindo a demonstrar durante as sessões da Assembleia Municipal, postura que não dignifica nem o próprio, nem ninguém, com "apartes" constantes, com ar de vedetismo, quando alguém está a intervir.

Confessou, ainda, que o valor da humildade deve acompanhar aquilo que é a política local, onde existe o hábito de respeito mútuo entre todos, esperando que o eleito reconsidere o seu modo de estar e a sua compostura.

Prosseguindo, realçou que a comunidade educativa, nomeadamente, a direção da Escola João Fernandes Pratas, face ao problema da falta de condições do ensino secundário, por uma questão de proximidade, interroga-o é a si, como Presidente da Câmara, e não ao Ministério da Educação, a quem cabe resolver o problema.

Reportou novamente a disponibilidade demonstrada pela Sra. Secretária de Estado da Educação em trazer o ensino secundário para Samora Correia, intenção que todos aplaudiram, na altura. O certo é que a intenção não passou disso mesmo, devendo terem sido criadas as medidas estruturais que permitissem a concretização desse objetivo maior.

Para uma melhor perceção da realidade, exemplificou que existem atualmente quatro turmas do ensino secundário no 10.º ano, prevendo-se que daqui por dois ou três anos esse número venha a aumentar, o que se torna incompatível com aquilo que são as condições físicas da escola.

Referiu que no decorrer do processo de descentralização das escolas, foi-lhe garantido que estava mapeada essa escola, tendo na altura identificado outras prioridades do Município, como as intervenções nas escolas de Duarte Lopes e do Porto Alto, que não estavam incluídas, tendo recebido, apenas, a garantia da inclusão da escola secundária de Samora Correia e o compromisso do seu financiamento, sendo essa a grande prioridade atual do Município.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

[Handwritten signature]

No quadro desse compromisso e numa lógica de responsabilidades assumidas, divulgou a informação de que seria expectável a concretização da obra no espaço de dois anos, até 2026, tendo passado algum tempo desde que essa indicação foi veiculada pelo Governo.

No seguimento, apresentou a candidatura a financiamento do PRR, como tantos outros Municípios o fizeram, tendo-lhe sido comunicado, posteriormente, que a mesma não tinha sido validada, uma vez que tinham sido contempladas, somente as 15 primeiras (Benavente encontrava-se em 23º lugar), não havendo dotação orçamental que permitisse alcançar esse objetivo. Contudo, foi-lhe assegurado que o Governo estava a tentar aceder a uma linha BEI, por forma a respeitar aquilo que tinha sido o compromisso estabelecido com os autarcas do País.

Independentemente do Partido que estiver no Governo, acredita que os seus representantes irão honrar a sua palavra, que tem de ser forçosamente partilhada com os munícipes, a quem tem de prestar contas, face ao conjunto de responsabilidades que foram impostas ao Município.

Reconheceu que a Câmara Municipal não tem condições para assumir um encargo de quinze milhões de euros, tendo o Governo de ser consequente com a responsabilidade que assumiu, competindo à Câmara Municipal adquirir o terreno, tendo já escritura marcada. Com isso, espera ver afastadas todas as dúvidas que têm pairado e que têm sido lançadas pela oposição, com o intuito focado na suspeição.

Disse acreditar que esse objetivo será alcançado, atenta a situação atual, que não poderá continuar por muito tempo.

Desafiou o eleito, dada a sua proximidade governamental, a reivindicar a sua concretização, mais do que estar constantemente a questionar o Presidente da Câmara sobre dúvidas que devem ser devolvidas a quem de direito, com poder decisório, o Governo.

Reforçou que não andou a criar ilusões nenhuma junto da população, limitando-se a veicular aquilo que lhe foi transmitido, tendo-se empenhado em avançar com um investimento que não é da sua competência, a aquisição do terreno, mas, que decidiu promovê-lo, em nome daquilo que considera ser um objetivo fundamental para a população.

O eleito Ricardo Oliveira pretendeu fazer um comentário final, mas **o sr. Presidente da Assembleia Municipal** não lhe deu autorização para o fazer, alegando que já tinha sido esgotado o seu tempo de intervenção, para além da discussão do ponto estar terminada.

Na sequência, pediu para fazer uma **interpeleção à Mesa**, que foi concedida e que se transcreve, na íntegra:

“Eu estou aqui, sou membro desta Assembleia Municipal. Hoje, no decorrer da sessão, não o sendo a primeira vez, por diversas vezes é chamada ao debate a minha condição de deputado à Assembleia da República. Não tenho nenhum problema com isso, sendo para mim uma honra, tenho bem a noção do trabalho que o Grupo parlamentar do PSD está a fazer. Aliás, para conhecerem melhor o meu trabalho e sem qualquer complexo ideológico, convido todos os membros da Assembleia Municipal, a poderem visitar o Parlamento, recebê-los-ei no meu Gabinete, no edifício, faço uma visita guiada, estarei convosco, com



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

[Handwritten signature in blue ink]

todos os que o quiserem visitar. Agora, não posso é aceitar que se possa aqui deixar no ar que eu ou a bancada do PSD, em algum momento, se falte aqui ao respeito a alguém.

É verdade que conheço o sr. Presidente da Câmara há muito tempo e eu gosto de um bom debate, e muitas vezes temos debates mais acalorados e mais vivos, e eu gosto desses debates, também, mais acalorados e mais vivos, e gosto de ser combatido no debate político dessa forma, também.

Não é preciso vir menorizar o trabalho do Ricardo Oliveira, enquanto deputado á Assembleia da República, e ouvir dizer que assume agora tiques de... (não completou a frase). Vocês conhecem-me desde o início do mandato, não reconheço que a minha postura se tenha alterado, eu quero só reafirmar que eu aqui sou eleito da Assembleia Municipal, que desempenho o meu papel com a mesma seriedade de sempre.

Agora eu defendo convicções, que muitas vezes não é aquilo que os senhores gostariam de ouvir, mas não posso aceitar que, no debate político, e na resposta àquilo que são os meus argumentos, que os srs., em vez de me combaterem com argumentos políticos, como não os têm, comecem a utilizar argumentos que no fundo visam já entrar em questões pessoais, ou, como o sr. Presidente da Câmara disse, que, agora, é vetetismo, ou, como disse, aqui, o membro da bancada do PCP, que era uma vergonha o que eu estava a fazer na Assembleia da República, ou, que não sabia sequer o que é que estava lá a fazer e, portanto, são coisas que não ficam bem e que eu queria reafirmar aqui hoje: combatam-me a mim e combatam a bancada do PSD com argumentos políticos, duma forma mais dócil ou de uma forma mais aguerrida, mas combatam-me com argumentos, mas não com questões pessoais, que é só isso que eu peço, em meu nome e no da bancada do PSD.”

O sr. Presidente da Assembleia Municipal alertou, mais uma vez, o eleito, para evitar interromper as intervenções com “apartes” constantes, já que não considera ser essa a forma mais correta de respeitar as declarações proferidas por cada um dos eleitos, incluindo as do próprio, quando está no uso da palavra.

O eleito Mário Pereira reagiu à intervenção do eleito Ricardo Oliveira, afirmando que aquilo que tinha acabado de ouvir, não era interpelação nenhuma à Mesa, limitando-se a responder àquilo que não tinha sido do seu agrado. Pediu-lhe desculpa, se o tinha ofendido pessoalmente, frisando não ter sido essa a sua intenção. Nas vezes que referiu enquanto deputado, foi ao deputado, ao político, sobre a relação entre o não acreditar na palavra dos Governos e o trabalho que um qualquer deputado, não acreditando nessa palavra, pode fazer, sublinhando ter sido nessa perspetiva, que se lhe dirigiu.

O eleito António Rabaça Ribeiro perguntou em que contexto regimental foi ouvida a intervenção anterior.

O sr. Presidente da Assembleia Municipal respondeu que tem permitido sempre que os vários eleitos se expressem de acordo com a temática do Ponto em discussão, percebendo-se, no entanto, que não é isso que está a acontecer, na medida em que se está a tentar ir para além dessa abordagem. Nesse sentido, realçou o registo das atas, como instrumento necessário que permite aceder àquilo que foi discutido nas sessões, possibilitando, a partir daí, a verificação e a responsabilização das declarações proferidas por cada um dos eleitos.

Relativamente ao Ponto em discussão, considerou o mesmo encerrado, não havendo lugar a mais intervenções.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Transmitiu, ainda, que os reparos feitos anteriormente sobre o modo de estar nas sessões da Assembleia Municipal, mais não são do que o respeito pelas regras que constam do Regimento, que todos conhecem e que devem cumprir.

Na sequência, deu por concluído o PERÍODO DA ORDEM DO DIA, anunciando a leitura da MINUTA DA ATA pela sra. Primeira Secretária, Maria Gertrudes de Oliveira Borracha Pardão, que saudou e desejou a todos votos de Boas Festas.

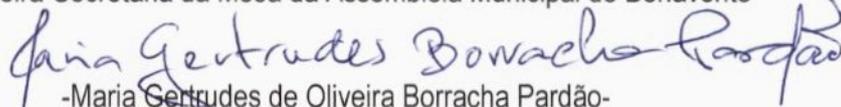
Lida a Minuta da Ata, foi a mesma submetida a votação, tendo sido aprovada, por unanimidade, constituindo o **Anexo número um** à presente ata, da qual faz parte integrante.

Nada mais havendo a tratar, **o sr. Presidente da Assembleia Municipal** endereçou a todos votos de bom Natal e de Ano Novo. Deu por encerrada a sessão pelas vinte e duas horas e trinta e cinco minutos, da qual para constar e para os demais efeitos, se lavrou a presente ata, que foi apreciada e votada na sessão ordinária subsequente, realizada no dia vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, tendo sido aprovada, por unanimidade. A mesma foi rubricada e assinada por todos os membros da Mesa da Assembleia Municipal e por mim, Maria Clara Casanova Parracho da Silva Lourenço, coordenadora técnica designada para lavrar as atas, que a elaborei e subscrevi.

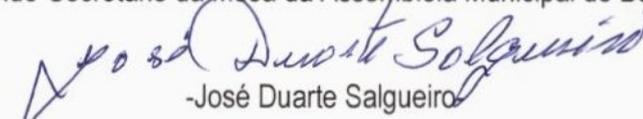
O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Benavente


-Mário Rui Filipe Santos-

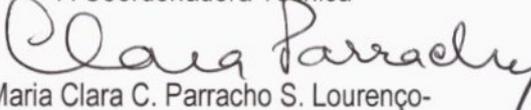
A Primeira-Secretária da Mesa da Assembleia Municipal de Benavente


-Maria Gertrudes de Oliveira Borracha Pardão-

O Segundo-Secretário da Mesa da Assembleia Municipal de Benavente


-José Duarte Salgueiro-

A Coordenadora Técnica


-Maria Clara C. Parracho S. Lourenço-



ANEXO ①

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE
Sessão Ordinária de dezembro de 2024 - Mandato 2021 – 2025
2ª Reunião de 16 de dezembro de 2024

Hora de início: 20.43 horas

Hora de termo: 22.35 horas

NÚMERO DE PRESENCAS: 25 eleitos

CDU: Mário Rui Filipe Santos, Maria Gertrudes de Oliveira Borracha Pardão, José Duarte Salgueiro, Irina Noël Matias Batista, Mário Jorge Campos Pereira, António Paulo Ramos dos Reis, e Joaquim Correia Castanheiro.

PPD/PSD: Ricardo Alexandre Frade de Oliveira, Cristina Maria de Carvalho Borges da Silva Branco, Dora Isabel Lúcio Morgado, Rui Carlos Carvalho Feijoca, Nádía Isabel Pernes da Silva Matos e Armando Batista de Almeida.

PS: António José Rabaça Silva Ribeiro, Cláudia Sofia Gordo Martins, Pedro Alexandre Santos Gameiro e António Manuel Quaresma Serrano Galveia.

CHEGA: Cristina Isabel Gonçalves Vicente Brandão e Paulo Alexandre Fonseca Cardoso.

CIMB (Candidatura Independente pelo Município de Benavente): Bruno Manuel Soares Nepomuceno.

Presidentes das Juntas de Freguesia: Inês Branco Almeida Vieira Correia (CDU), Augusto José Ferreira Marques (CDU), Nelson Alexandre Silva Norte (PSD) e Ana Margarida da Silva Fonseca (PS).

FALTAS:

Justificou a ausência a eleita Susana Isabel Santos Rosa, do Grupo Municipal do CHEGA, que foi substituída por João Paulo do Carmo David Ganhão.

OBSERVAÇÕES:

Compareceram também a esta Sessão o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Carlos António Pinto Coutinho, e os Srs. Vereadores Sónia Patrícia da Silva Ferreira Quintino e Luís Miguel Neves Feitor.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: Este Período teve lugar na 1ª reunião da sessão de dezembro, realizada no passado dia 12 de dezembro de 2024.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE
Sessão Ordinária de dezembro de 2024 - Mandato 2021 – 2025
2ª Reunião de 16 de dezembro de 2024

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

PONTO N.º 6 (após reordenação)	PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS – Apreciação e eventual aprovação, nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02, conjugado com o art.º 12.º do DL n.º 127/2012, de 21/06:				
APROVAR	<input checked="" type="checkbox"/>		FAVOR	17	9 CDU, 7 PSD, 1 CIMB.
NÃO APROVAR		UNANIMIDADE	CONTRA		
RATIFICAR		MAIORIA	<input checked="" type="checkbox"/>	ABSTENÇÃO	8 5 PS, 3 CHEGA.
RETIRAR DA OT			QUALIDADE		

DELIBERADO APROVAR, POR MAIORIA, A PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS.

Intervenção dos eleitos da Assembleia Municipal: não houve.

Por parte do Executivo Municipal, usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Benavente, Carlos António Pinto Coutinho.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE
Sessão Ordinária de dezembro de 2024 - Mandato 2021 – 2025
2ª Reunião de 16 de dezembro de 2024

[Handwritten signatures]

PONTO N.º 7 (após reordenação)	PROPOSTA DE MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2025 – Apreciação e eventual aprovação, nos termos da alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12/09, na redação vigente:				
APROVAR	<input checked="" type="checkbox"/>		FAVOR	9	CDU.
NÃO APROVAR		UNANIMIDADE	CONTRA		
RATIFICAR		MAIORIA	<input checked="" type="checkbox"/>	ABSTENÇÃO	16 7 PSD, 5 PS, 3 CHEGA, 1 CIMB.
RETIRAR DA OT			QUALIDADE		

DELIBERADO APROVAR, POR MAIORIA, A PROPOSTA DE MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2025

Intervenção dos eleitos da Assembleia Municipal: António Paulo Ramos do Reis, Paulo Alexandre Fonseca Cardoso, Ricardo Alexandre Frade de Oliveira e Mário Jorge Campos Pereira.

Por parte do Executivo Municipal, usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Benavente, Carlos António Pinto Coutinho.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE
Sessão Ordinária de dezembro de 2024 - Mandato 2021 – 2025
2ª Reunião de 16 de dezembro de 2024

APROVAÇÃO EM MINUTA

APROVAR	X		FAVOR		
NÃO APROVAR		UNANIMIDADE X	CONTRA		
RATIFICAR		MAIORIA	ABSTENÇÃO		
RETIRAR DA OT			QUALIDADE		

Aprovadas, por UNANIMIDADE, em MINUTA, as deliberações, podendo a mesma adquirir a eficácia legalmente prevista, conforme o disposto nos artigos n.ºs 3 e 4, do art.º 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação vigente.

A presente minuta, depois de lida em voz alta, foi aprovada e vai ser devidamente assinada e as suas folhas, em número de **quatro**, rubricadas pelo Presidente da Assembleia Municipal, Mário Rui Filipe Santos, pela Primeira Secretária, Maria Gertrudes de Oliveira Borracha Pardão, pelo Segundo Secretário, José Duarte Salgueiro, e por Maria Clara Casanova Parracho da Silva Lourenço, Coordenadora Técnica do Município de Benavente.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

-Mário Rui Filipe Santos-

A Primeira Secretária,

-Maria Gertrudes O. Borracha Pardão-

O Segundo Secretário,

-José Duarte Salgueiro-

A Coordenadora Técnica,

-Maria Clara C. Parracho S. Lourenço-